POLÍCIA MILITAR
DE MINAS GERAIS
Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE SEGURANÇA PÚBLICA DA POLÍCIA MILITAR PARA O ANO DE 2017 (CEGESP/2017)

CEGESP/2017

(Edital DRH/CRS n. 11/2016, de 08 de agosto de 2016).

Legislação Jurídica, Legislação Institucional, Doutrina Operacional.

NOME: _____.

CPF: _____IDENTIDADE: _____.

CIDADE PROVA: _____ SALA: _____.

ESCOLA: _____ DATA: 26/11/2016.

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Prova sem consulta.
3. Esta prova contém 40 (quarenta) questões, valendo 2,5 (dois virgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cento) pontos.
4. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
5. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
6. Não será admitido qualquer tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para a realização da prova será de 03 (três) horas, incluindo o preenchimento da folha de respostas. Com início às 8h e término às 11h.
8. É proibido o porte, a posse e o uso de computadores, máquinas calculadoras, telefones celulares, relógios de qualquer tipo ou outros similares.
9. Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, após transcorrido o tempo mínimo de 01h (uma hora), e devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas e o caderno de provas, devidamente preenchidos conferidos e assinados.

LEGISLAÇÃO JURÍDICA

1ª QUESTÃO – Segundo notícias vinculadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) durante a 223ª Sessão Ordinária, na terça-feira (15/12/2015), foi aprovada, por unanimidade, a Resolução n. 213, que detalha o procedimento de apresentação de presos em flagrante ou por mandado de prisão à autoridade judicial competente, sendo implementada em todo território nacional a partir de 1º de fevereiro de 2016. Durante a Sessão no CNJ, o relator da matéria, Conselheiro Bruno Ronchetti, afirmou que "[...] as audiências de custódia são uma medida simples, mas muito eficaz, e que dá concretude e eficácia aos direitos humanos". Noticiou ainda o CNJ que o funcionamento da resolução determina a obrigatoriedade da apresentação pessoal do preso em flagrante, como também daquele preso por mandado de prisão, a um juiz no prazo de 24 horas, inclusive em finais de semana e feriados. O texto confirma a necessidade da presença do Ministério Público e do defensor durante a audiência, reafirmando a indispensabilidade do prévio contato entre o preso e seu advogado ou defensor público. O texto também sinaliza que o uso de tornozeleiras eletrônicas como medida alternativa à prisão é excepcional e deve acontecer apenas quando não for possível a concessão de liberdade provisória sem cautelar ou com cautelar menos gravosa. Segundo o texto, a resolução ainda detalha com maior especificidade o papel do juiz durante o ato, oferecendo-lhe protocolos e orientação sobre o modo de atuação judicial. O objetivo foi o de conferir ao magistrado um guia específico para sua intervenção no ato, habilitando-o a atuar com mais segurança e discricionariedade para resguardar direitos e aferir a legalidade estrita do ato de prisão(Texto adaptado da *Agência CNJ de Notícias de autoria de Deborah Zampier* e *Manuel Carlos Montenegro, disponível em* http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81192-aprovada-resolucao-que-regulamenta-as-audiencias-de-custodia, Item 113 – Ato Normativo – 0005913-65.2015.2.00.0000, *acessado em 18 de agosto de 2016).*

Considerando o texto acima e o estabelecido pela Resolução n. 213, de 15/12/2015 - Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas, e em consonância ao estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, marque a alternativa CORRETA:

A.( ) Segundo o funcionamento da Resolução n. 213-CNJ, de 15/12/2015, é aconselhável a apresentação pessoal do preso, com a maior brevidade possível, salvo nos finais de semana e feriado;

B.( ) A prisão, conforme previsão constitucional (art. 5º, LXV e LXVI, da CRFB/1988), é medida extrema que se aplica somente nos casos expressos em lei e quando a hipótese não comportar nenhuma das medidas cautelares alternativas;

C.( ) A Resolução n. 213-CNJ, de 15/12/2015, confirma o prévio contato entre o militar e o seu advogado somente durante a audiência;

D.( ) Um dos objetivos da Resolução n. 213-CNJ, de 15/12/2015 foi o de conferir aos juízes maior rigor na punição dos policiais militares habilitados para resguardar direitos humanos e, por último, verificar a prisão do conduzido.

2ª QUESTÃO – Considerando o estabelecido pela Resolução n. 213, de 15/12/2015 - Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas, marque a alternativa CORRETA:

A. ( ) Se, por qualquer motivo, não houver juiz na comarca até o final do prazo de 24 horas, a pessoa presa será imediatamente solta, por excesso de prazo.
B. ( ) A audiência de custódia será realizada na presença do Ministério Público e da Defensoria Pública, mesmo que a pessoa detida possua defensor constituído no momento da lavratura do flagrante.
C. ( ) Toda pessoa presa em flagrante delito, independentemente da motivação ou natureza do ato, deve ser obrigatoriamente apresentada, em até 24 horas da comunicação do flagrante, à autoridade judicial competente, e ouvida sobre as circunstâncias em que se realizou sua prisão ou apreensão.
D. ( ) É permitida a presença dos agentes policiais responsáveis pela prisão ou pela investigação durante a audiência de custódia.

3ª QUESTÃO – Considerando o estabelecido no Decreto-Lei n. 1.002, de 21/10/1969 (Código de Processo Penal Militar - CPPM), para os crimes de deserção, marque a alternativa CORRETA:

A.( ) Consumada a deserção da praça especial ou da praça sem estabilidade, será ela imediatamente excluída do serviço ativo.
B.( ) Consumada a deserção de praça estável, será ela imediatamente excluída do serviço ativo.
C.( ) O desertor, com ou sem estabilidade, que se apresentar ou for capturado deverá ser submetido à inspeção de saúde e, quando julgado apto para o serviço militar, será reincluído.
D.( ) Após a inspeção de saúde do desertor, a ata será remetida à Primeira Auditoria da Justiça Militar, para que, em caso de incapacidade definitiva, seja o desertor sem estabilidade isento da reinclusão e do processo, sendo os autos arquivados, após o pronunciamento do representante do Ministério Público Militar.

4ª QUESTÃO – Nos termos do Decreto-Lei n. 1.002, de 21/10/1969 (Código de Processo Penal Militar - CPPM), marque a alternativa CORRETA:

A.( ) Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para: prender criminosos; apreender coisas obtidas por meios criminosos ou guardadas ilicitamente; apreender instrumentos de falsificação ou contrafação; apreender armas e munições e instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso; descobrir objetos necessários à prova da infração ou à defesa do acusado; apreender correspondência destinada ao acusado ou em seu poder, quando haja fundada suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato; apreender pessoas vítimas de crime; colher elemento de convicção.
B.( ) A busca domiciliar somente será executada de dia, ainda que haja consentimento expresso do morador para fazê-la à noite, salvo para acudir vítimas de crime ou desastre.
C.( ) O termo "casa" compreende: hotel, hospedaria ou qualquer outra habitação coletiva, enquanto abertas, salvo quando for aposento ocupado de habitação coletiva; taverna, boate, casa de jogo e outras do mesmo gênero; e a habitação usada como local para a prática de infrações penais.

D.( ) Não se compreende no termo "casa": qualquer compartimento habitado; aposento ocupado de habitação coletiva; e compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade.

5ª QUESTÃO – Em relação ao exame de corpo de delito previsto no Decreto-Lei n. 1.002, de 21/10/1969 (Código de Processo Penal Militar - CPPM), marque a alternativa CORRETA:

A. ( ) Quando a infração deixar vestígios, será dispensável o exame de corpo de delito.
B. ( ) O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.
C. ( ) Nos crimes em que haja destruição ou rompimento de obstáculo para a prática do ato criminoso o exame de corpo de delito poderá ser dispensado.
D. ( ) Quando a infração deixar vestígios somente será possível realizar o exame de corpo de delito direto.

6ª QUESTÃO – Em relação aos Crimes Militares em Tempo de Paz, previstos no Decreto-Lei n. 1.001, de 21/10/1969 (Código Penal Militar - CPM), e observados os ditames da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, marque a alternativa CORRETA:

A. ( ) Um Major PM da ativa, de folga e em trajes civis, abalroa um veículo de um outro Major PM da ativa, também de folga e em trajes civis, e, da discussão de trânsito, o primeiro vem a agredir e lesionar o segundo, praticando, portanto, somente crime comum.
B. ( ) Um Capitão PM da reserva que, dentro de um Batalhão da PMMG, agride um Coronel PM da reserva, ex-comandante daquela Unidade, comete crime militar.
C. ( ) Observando apenas o disposto no Código Penal Militar, um civil poderia praticar um fato típico previsto como crime militar em face às instituições militares estaduais, considerando a previsão no art. 9º, III, do CPM. Contudo, por força constitucional e em razão do princípio do juízo natural, não haverá foro de julgamento para o caso, pois nem a justiça comum nem a justiça militar, federal ou estadual, possuem competência para julgar o civil por crime militar em desfavor das instituições militares estaduais (art. 5º, XXXVII e LIII, c/c art. 125, § 4º, tudo da CRFB/1988). O civil, nessa circunstância, somente será responsabilizado se houver um crime comum correspondente.
D. ( ) O simples fato de um militar portar arma da carga da PMMG ensejará, obrigatoriamente, a ocorrência de crime militar.

7ª QUESTÃO – Os crimes de que trata o Decreto-Lei n. 1.001, de 21/10/1969 (Código Penal Militar - CPM), quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, são considerados propriamente militares (art. 9º, I, CPM). A partir desse parâmetro, marque a alternativa CORRETA:

A. ( ) É admissível a modalidade culposa do crime militar de dano (art. 266 do CPM), desde que a destruição incida sobre qualquer patrimônio militar.
B. ( ) O crime militar de furto de uso (art. 241 do CPM) foi revogado pelo art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

C. ( ) O militar que deixa de desempenhar uma missão que lhe foi confiada pratica o crime militar de descumprimento de missão (art. 196 do CPM), não se exigindo, para tal, uma abstenção expressa do agente, mas tácita, e, portanto, é incabível sua consumação na modalidade culposa.

D. ( ) Atualmente, o tipo penal de atentado violento ao pudor (art. 233 do CPM) é propriamente militar.

8ª QUESTÃO – Em relação aos Crimes Militares em Tempo de Paz, previstos no Decreto-Lei n. 1.001, de 21/10/1969 (Código Penal Militar - CPM), marque a alternativa CORRETA:

A. ( ) Para o CPM, os crimes que atentam contra a vida são o homicídio, a provocação ou auxílio ao suicídio, o infanticídio, o aborto e o genocídio.

B. ( ) Um Tenente PM da ativa que, de folga e em trajes civis, deslocando em seu veículo automotor, desconsidera uma ordem de parada de um Sargento, durante uma operação Blitz, incorrerá no crime militar de desobediência (art. 301 do CPM).

C. ( ) Para a configuração dos crimes militares de violência contra inferior (art. 175 do CPM) e ofensa aviltante contra inferior (art. 176 do CPM), é imprescindível que da violência resulte lesão corporal.

D. ( ) Incorre nas penas da revolta (art.149, Parágrafo Único, do CPM), os militares que reunidos, ainda que não estejam armados, ajam contra ordem recebida de superior ou negam-se a cumpri-la.

9ª QUESTÃO – Sobre os crimes contra a Administração Militar, previstos no Decreto-Lei n. 1.001, de 21/10/1969 (Código Penal Militar - CPM), marque a alternativa CORRETA:

A. ( ) O crime militar de peculato (art. 303 do CPM) pode se configurar pela apropriação, pelo desvio ou pelo furto de valor ou bem móvel, sendo, em alguns casos, ainda, possível a sua configuração em relação a bens móveis particulares e, em determinadas situações, admitida a modalidade culposa.

B. ( ) O Oficial QOS, médico do NAIS, que atesta falsamente a condição de apto para curso de um militar candidato ao CESP, quando esse não reúne condições fisiológicas para tal, incorre no crime militar de falsidade ideológica (art. 312 do CPM).

C. ( ) O militar da Seção de Emprego Operacional da Unidade (P/3) que revela a colegas detalhes sobre o planejamento de uma operação reservada de combate ao tráfico de drogas incorre no crime militar de corrupção ativa (art. 309 do CPM).

D. ( ) Para a configuração do crime militar de inobservância de lei, regulamento ou instrução (Art. 324 do CPM), é necessário que a abstenção seja realizada contra ato previsto em lei, regulamento ou instrução e que a conduta dê causa direta à prática de ato prejudicial à administração militar, não sendo, contudo, preciso que tal atitude ocorra no exercício de função.

10ª QUESTÃO – Considerando a Lei Federal n. 8.429, de 02/06/1992 (dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências), marque a alternativa CORRETA:

A. ( ) Serão punidos, nos termos da Lei Federal n. 8.429/1992, os atos de improbidade praticados por agente público somente contra a administração direta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território.
B. ( ) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente, compreendendo os bens imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, exceto os bens e valores patrimoniais em nome do cônjuge ou companheiro função.
C. ( ) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, contudo constitui crime específico, previsto na Lei Federal 8.429/1992, a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
D. ( ) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio, não sujeitando, no entanto, o seu sucessor a qualquer cominação ou ônus.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

11ª QUESTÃO – Nos termos da Lei n. 14.310/2002 – Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais – EMEMG marque a alternativa CORRETA:

A. ( ) A competência para aplicar sanção disciplinar, no âmbito da respectiva IME, é atribuição inerente ao grau hierárquico e não ao cargo.
B. ( ) A anulação da punição consiste em tornar totalmente sem efeito o ato punitivo, desde seu lançamento, sem a necessidade de ouvir o Conselho de Ética e Disciplina da Unidade.
C. ( ) Recompensas são prêmios concedidos aos militares em razão de atos meritórios, serviços relevantes, mesmo com a existência de sanções disciplinares.
D. ( ) A demissão pune determinada transgressão ou decorre da incorrigibilidade do transgressor contumaz, cujo histórico e somatório de sanções indiquem sua inadaptabilidade ou incompatibilidade ao regime disciplinar da Instituição.

12ª QUESTÃO – O Comandante do 100º BPM, que também é uma Unidade Militar Prisional, com condições físicas adequadas para visita íntima, recebeu um requerimento de um preso com duas indicações simultâneas para visita íntima. Diante desse requerimento e de acordo com a Instrução de Corregedoria n. 06/15-CPM que regulamenta a visita íntima no âmbito da PMMG, marque a alternativa CORRETA que deverá ser adotada pelo Comandante.

A. ( ) Indeferir requerimento, pois o preso não pode fazer duas indicações concomitantes e só pode nominar o cônjuge ou nova (o) companheira (o) de sua visita íntima após o cancelamento formal da indicação anterior.
B. ( ) Deferir o requerimento, pois há previsão na Instrução de que o preso pode fazer duas indicações simultâneas para visita íntima, desde que seja em dias alternados.
C. ( ) Encaminhar ao Comandante Regional, pois tal assunto, para deliberação, é da competência exclusiva deste.
D. ( ) Encaminhar ao Corregedor, pois tal assunto, para deliberação, é da competência exclusiva deste.

13ª QUESTÃO – Em relação à Instrução Conjunta de Corregedorias n. 06, de 30 de julho de 2015. ICCPMBM n. 06/15, que regula o controle, a fiscalização, e vistoria em armários, gavetas, baús e similares, não identificados e/ou desocupados, em lugar sujeito à administração militar, marque a alternativa CORRETA, que deverá ser adotada pelo responsável pela vistoria, caso encontre algum material e ou produto após a abertura dos mobiliários:

A. ( ) Manusear os mesmos com luvas descartáveis, descrevendo-se minuciosamente os materiais encontrados, no TERMO DE VISTORIA, devendo-se ainda acondicioná-los em recipientes adequados e armazená-los no almoxarifado da unidade/fração ou descartá-los, conforme o caso.
B. ( ) Manusear os mesmos independentemente do uso de luvas descartáveis, descrevendo-se minuciosamente os materiais encontrados, no TERMO DE VISTORIA, e ao final descartá-los.
C. ( ) Manusear os mesmos com luvas descartáveis e acondicioná-los em recipientes adequados e armazená-los no almoxarifado da unidade/fração.
D. ( ) Manusear os mesmos independentemente do uso de luvas descartáveis, descrevendo-se os materiais encontrados, no TERMO DE VISTORIA e armazená-los no almoxarifado da unidade/fração ou descartá-los, conforme o caso.

14ª QUESTÃO – Nos termos da Instrução Conjunta de Corregedorias n. 01 (ICCPM/BM n. 01/2014), que padroniza as atividades Administrativas e Disciplinares, sobre as **infrações de trânsito**, complete a lacuna abaixo e, ao final, responda o que se pede:

"O cometimento de infração de trânsito por parte de militar, quando da condução de viatura policial/bombeiro ou outro veículo oficial, destinado ao exercício de suas funções, constituirá, em tese, a transgressão disciplinar descrita no _____, cuja motivação se fará com a respectiva infração de trânsito descrita na Lei n. 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e/ou no dispositivo correspondente do Manual de Gerenciamento da Frota."

Marque a alternativa que contém a resposta CORRETA de preenchimento da lacuna:

A. ( ) art. 14, VI, do CEDM *(*descumprir norma técnica de utilização e manuseio de armamento ou equipamento).
B. ( ) art. 14, II, do CEDM (desídia no desempenho das funções caracterizada por fato que revele procedimento contrário às normas legais).
C. ( ) art. 15, III, do CEDM (deixar de observar princípios de boa educação e correção de atitudes).
D. ( ) art. 13, IX, do CEDM (utilizar-se de recursos humanos ou logísticos do Estado ou sob sua responsabilidade para satisfazer a interesses pessoais ou de terceiros).

15ª QUESTÃO – Em relação à competência da Polícia Judiciária Militar, nos termos da Instrução Conjunta de Corregedorias n. 02 (ICCPM/BM n. 02/2014), que estabelece padronização sobre as atividades de Polícia Judiciária Militar no âmbito da PMMG e CBMMG, marque a alternativa CORRETA:

A. ( ) O inciso I, do art. 9º do CPM (Código Penal Militar) se refere aos crimes impropriamente militares que, na esfera estadual, são aqueles cuja prática não seria possível senão por militar, cujo critério a ser verificado é a condição de militar do sujeito, sendo aquela infração penal cujo tipo de ilícito está previsto exclusivamente no CPM.
B. ( ) O inciso II, do art. 9º do CPM (Código Penal Militar) se refere aos crimes propriamente militares, ou seja, aqueles tipificados na Parte Especial do Código Penal Militar, com igual definição na lei penal comum, quando praticado por militar da ativa ou reconvocado para o serviço ativo.
C. ( ) O inciso III, do art. 9º do CPM (Código Penal Militar), na esfera estadual, refere-se aos crimes próprios e impropriamente militares, quando praticados por militar da reserva ou reformado.
D. ( ) Crime militar, na esfera estadual, é todo o fato típico, antijurídico e culpável, de natureza militar ou comum, praticado por militares e ou civis em situações descritas no art. 9º do CPM (Código Penal Militar), combinado com o tipo de ilícito especificado na Parte Especial do mesmo diploma legal, que atenta contra o dever militar e os valores das Instituições Militares.

16ª QUESTÃO – Nos termos da Resolução Conjunta n. 4.338, de 04 de setembro de 2014, que dispõe sobre os parâmetros para declaração de ação legítima de militares estaduais em conformidade com o § 4º do art. 203 da lei n. 5.301/69, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG), marque a alternativa INCORRETA:

A. ( ) Nos fatos envolvendo militares lotados em Unidades distintas, caberá privativamente à Autoridade Militar que detiver o poder disciplinar sobre todos os militares manifestar-se acerca da legitimidade da ação.
B. ( ) No IPM/APF instaurado para investigação de fatos envolvendo militares de Unidades distintas, competirá à Autoridade Judiciária Militar, ao final da investigação, manifestar-se acerca da legitimidade da ação de todos os militares investigados.
C. ( ) Nos crimes culposos de qualquer natureza, não se deve manifestar sobre a legitimidade da ação.
D. ( ) A declaração da ação legítima (ou ilegítima) será realizada por meio de ato administrativo da autoridade militar competente e poderá se dar diretamente no ato de homologação/avocação da solução do Inquérito Policial Militar (IPM).

17ª QUESTÃO – Nos termos da Lei n. 5.301/69, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG), marque a alternativa CORRETA:

A. ( ) Para ingresso no Quadro de Oficiais da Polícia Militar - QOPM - é exigido o título de bacharel em Direito, obtido em estabelecimento reconhecido pelo sistema de ensino federal, estadual ou municipal, sendo o respectivo concurso público realizado com a participação do Ministério Público Estadual e Defensoria Pública do Estado.

B. ( ) Os candidatos aos cargos do Quadro de Oficiais de Saúde devem possuir mestrado ou doutorado em área compatível com a função a ser exercida.
C. ( ) Para ingresso no Quadro de Oficiais Capelães da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar é exigida conclusão em curso de nível técnico em teologia.
D. ( ) Para ingresso nos Quadros de Praças e de Praças Especialistas da Polícia Militar é exigido o nível superior de escolaridade, obtido em curso realizado em estabelecimento reconhecido pelo sistema de ensino federal, estadual ou do Distrito Federal, em área de concentração definida em edital.

18ª QUESTÃO – A Resolução n. 4.320, de 16 de julho de 2014, regulamenta o direito de acesso à informação no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais. Assim, considerando as adequações necessárias à política de gestão da informação na corporação, marque a alternativa INCORRETA:

A. ( ) Em caso de indisponibilidade da informação, a Unidade demandada deverá em prazo não superior a 20 (vinte) dias: comunicar formalmente, por meio físico ou eletrônico, a data, o local e o modo como o solicitante poderá realizar a consulta, a reprodução ou a obtenção da informação e; indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, ao acesso requerido.
B. ( ) Não será autorizada, salvo expressa previsão legal ou ordem judicial, a divulgação ou acesso às informações sobre: a) intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas; b) proteção de sigilo fiscal ou bancário; c) propriedade intelectual; d) segurança de informática; e) direito autoral; f) correspondência pessoal; g) prontuário médico; h) imagem de pertencimento privado ou de pessoa protegida por lei.
C. ( ) Caberá ao Diretor de Comunicação Organizacional coordenar tecnicamente a política de transparência no âmbito da Corporação, representando o Comandante-Geral, quando necessário, junto à Controladoria Geral do Estado – CGE.
D. ( ) A negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado à Corporação, quando não fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares, nos termos da lei, bem como à adoção de outras medidas legais penais ou cíveis cabíveis ao fato.

19ª QUESTÂO – O emprego da informática e a utilização dos equipamentos e da infraestrutura de Tecnologia da Informação na Polícia Militar de Minas Gerais é disciplinado por meio da Resolução n. 3.854, de 26 de maio de 2006, sendo CORRETO afirmar que:
A. ( ) Somente será permitido ao usuário conectar computador, fora de carga patrimonial, a rede de computadores interna da Unidade mediante prévia autorização do Comandante, Diretor, Corregedor ou Chefe, e desde que atendam às necessidades do serviço.
B. ( ) A elaboração dos sítios deverá ser precedida de “Plano de Desenvolvimento de Sítio de Informação", a ser remetido, para aprovação, ao Comandante da Unidade.
C. ( ) Os Comandantes de Unidade estão autorizados a desenvolverem Sistemas de Informação, sem avaliação técnica da Diretoria de Tecnologia e Sistemas, quando estes forem para uso interno.
D. ( ) Em qualquer aquisição de bens e serviços de infraestrutura de TI, as Unidades estão autorizadas a adotarem especificações técnicas independentemente daquelas fornecidas pelo Centro de Tecnologia em Sistemas da Polícia Militar.

20ª QUESTÃO – Analise as opções abaixo tendo por referência o disposto na Resolução n. 3.933, de 21 de junho de 2007, que disciplina o emprego e a utilização dos equipamentos, serviços e infraestrutura de telecomunicações na Polícia Militar de Minas Gerais e marque a alternativa que for INCORRETA:

A. ( ) A UEOp que possuir sítio de repetição em sua área, deverá adotar medidas necessárias para garantir a conservação dos equipamentos e instalação física, bem como procedimentos de segurança de modo a evitar vandalismo e extravio de equipamentos.
B. ( ) Os pontos de instalação das câmaras devem ser estabelecidos pelos comandantes operacionais, em conjunto com o representante da comunidade local.
C. ( ) As Unidades que necessitarem ampliar, modificar ou atualizar tecnologicamente sua rede telefônica, devem formular seus pedidos à DTS, com a devida exposição de motivos.
D. ( ) No planejamento para implantação de um Sistema de Patrulhamento Vídeo Monitorado (SPVM) devem estar envolvidos, obrigatoriamente, os Comandos Regionais, que deverão, juntamente com o comando da Unidade, aprovar, acompanhar e elaborar os convênios com os parceiros envolvidos no projeto.

21ª QUESTÃO – A Polícia Militar de Minas Gerais editou, em dezembro de 2012, a Resolução n. 4.234 estabelecendo os procedimentos e competências para a proposição, formalização, celebração, execução e prestação de contas de convênios e outros instrumentos congêneres. Tendo por referência essa normativa marque a alternativa CORRETA:

A. ( ) Os convênios que tenham em seu plano de trabalho investimentos para realização de obras, reformas e reparos em suas instalações físicas, bem como aquisição de material e equipamentos permanentes, deverão ser precedidos de parecer técnico da Assessoria de Desenvolvimento Organizacional (ADO).
B. ( ) Os recursos financeiros e os procedimentos para a realização das despesas estarão imediatamente liberados após a assinatura do convênio entre as partes interessadas independentemente da publicação do extrato de convênio no órgão oficial dos Poderes do Estado.
C. ( ) Para celebração de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres e de seus respectivos Termos Aditivos e Reformulações, as Unidades interessadas deverão instruir o processo com parecer jurídico e técnico da Unidade, parecer do Comando intermediário respectivo, avaliação das Diretorias gestoras e coordenadoras de ações e atividades previstas nas metas/fases do plano de trabalho.
D. ( ) O Ordenador de Despesa não tem responsabilidade na consolidação do processo com toda a documentação necessária à prestação de contas parcial e final dos recursos recebidos, pela contrapartida aplicada por meio de convênio, e do seu encaminhamento à DF, ficando esta atividade sob a responsabilidade e assessoria do Preposto/Gerente designado.

22ª QUESTÃO – Sobre a aquisição, o registro, o cadastro e o porte de arma de fogo de propriedade do militar; e o porte de arma de fogo pertencente à Polícia Militar de Minas Gerais, tratados na Resolução n. 4.085, de 11 de maio de 2010, é CORRETO afirmar que:

A. ( ) Recebida a comunicação de extravio, por roubo, furto ou perda de arma de fogo, pertencente a militar, o Comandante, Diretor ou Chefe notificará o fato à DAL e determinará a publicação da ocorrência em BIR, com registro em rotina própria do Sistema de Administração de Armas e Munições da Polícia Militar (SAAM/PM).
B. ( ) A arma de fogo de propriedade do militar está isenta de conferência pela Unidade a que ele pertencer.
C. ( ) A arma de fogo ou munição encontrada, que não constitua prova em inquérito policial ou processo criminal e que não possa ser restituída ao militar, será encaminhada, pelo Comandante da Unidade, ao setor competente da Polícia Federal, para destruição, sendo vedada a cessão para qualquer pessoa ou instituição, dando-se conhecimento à DAL.
D. ( ) Quando em trânsito, o militar poderá conduzir quantos cartuchos lhe for conveniente, desde que seja do mesmo calibre da arma de fogo que estiver portando.

23ª QUESTÃO – A Resolução n. 4.445 aprovou o Plano Estratégico da Polícia Militar de Minas Gerais – 2016/2019. Assim, é CORRETO afirmar que os objetivos estratégicos estarão concentrados em cinco perspectivas, a saber:

A. ( ) Redução Criminal, Inteligência Policial; Recursos Humanos, Saúde e Logística.
B. ( ) Resultados à sociedade, Pessoal, Processos Internos, Logística e Finanças.
C. ( ) Formação, Finanças, Gestão Operacional, Marketing institucional e Participação Social.
D. ( ) Gestão do Conhecimento, Valorização Profissional, Liderança, Logística e Finanças.

24ª QUESTÃO – Consta no Plano Estratégico da Polícia Militar de Minas Gerais – 2016/2019, aprovado pela Resolução n. 4.445, os objetivos estratégicos e as respectivas iniciativas que permitirão o seu alcance. Assim, tendo por referência esse documento organizacional marque a alternativa CORRETA:

A. ( ) A reestruturação logística e a capacitação dos policiais dos serviços GEPAR, ROTAM, TM e GPMOR, é uma iniciativa que está associada ao objetivo estratégico de “Contribuir para o aumento da sensação de segurança”.
B. ( ) No Plano Estratégico da Polícia Militar de Minas Gerais – 2016/2019 associa-se a iniciativa de se “Criar aplicativo do MAPA CAD para o CPU/CPCia” ao objetivo estratégico de “Ampliar o emprego do efetivo da PMMG na atividade operacional”.
C. ( ) Para alcançar o objetivo estratégico de “Potencializar o desempenho institucional por meio da gestão por competência” adotar-se-á iniciativa de reconvocar e promover o ajustamento funcional de militares da reserva para o emprego na atividade fim.
D. ( ) A Equipe de Apoio à Gestão Estratégica (EAGE) é a responsável pelo apoio e pela condução do processo de gestão setorial e organizacional, contribuindo para a implementação, avaliação e controle da gestão da PMMG, incluindo o planejamento estratégico, o gerenciamento de projetos e metas e o gerenciamento da qualidade.

DOUTRINA OPERACIONAL

25ª QUESTÃO – Quanto aos fundamentos da abordagem policial à pessoa em atitude suspeita, tratados no Manual Técnico-Profissional n. 3.04.01/2013-CG, marque a alternativa CORRETA:

A. ( ) Conhecimento da missão: o desempenho das funções de Policiamento Ostensivo impõe, como condição essencial para eficiência operacional, o completo conhecimento da missão, que tem origem no prévio preparo técnico-profissional.
B. ( ) Conhecimento do local de atuação: compreende o conhecimento dos aspectos físicos do terreno, do interesse policial-militar, assegurando a familiarização indispensável ao melhor desempenho operacional.
C. ( ) Unidade de comando: é a coordenação centralizada da intervenção policial militar que garante o melhor planejamento, fiscalização e controle.
D. ( ) Postura e compostura: a atitude, compondo a apresentação pessoal, bem como, a correção de maneiras no encaminhamento de qualquer ocorrência influem decisivamente no grau de confiabilidade do público em relação à Corporação e mantém elevado o grau de autoridade do policial militar, facilitando-lhe o desempenho operacional.

26ª QUESTÃO – No exercício da função de Comandante de Companhia ou Unidade é fundamental observar regras gerais de controle sobre o armamento e munição, bem como, sua responsabilidade, dentre as quais se destacam:

I - Os policiais militares em serviço só utilizarão armas de fogo e munições autorizadas e pertencentes à carga da PMMG, disponíveis nas respectivas intendências de material bélico, e definidas no Manual de Armamento Convencional da PMMG.
II - As armas de fogo e munições utilizadas não devem causar danos ou lesões desnecessárias. Assim, não é permitido alterar as armas e munições com este fim (diminuição do cano da arma, corte nas pontas dos projéteis, alteração na carga das munições, entre outras).
III - Os policiais militares devem obedecer, rigorosamente, às normas da PMMG sobre o controle, o armazenamento e a distribuição de material bélico, podendo utilizar cada tipo de arma de fogo somente após a respectiva habilitação.
IV - Cada policial militar é responsável pela guarda, pelo destino e pela utilização da arma e da munição recebidas.

De acordo com o Manual Técnico-Profissional n. 3.04.01/2013-CG, podemos afirmar:

A. ( ) A primeira é falsa, pois, excepcionalmente, poderá ser utilizado armamento particular em serviço.
B. ( ) Todas são verdadeiras.
C. ( ) A segunda é falsa, pois o militar que atua com armamento fixo pode optar pelo tipo de ponta do projetil, oca ou jaquetada, sendo que, na pratica, resultam em danos e lesões diferenciadas.
D. ( ) A terceira é falsa, pois o militar que demonstrar habilidade e técnica no manuseio do armamento, pode ser autorizado pelo CPU do turno a portar armamento para o qual não esteja credenciado, devendo, posteriormente, relatar ao Comandante da Unidade.

27ª QUESTÃO – Sobre disparos de arma de fogo efetuados de dentro da viatura policial militar em movimento ou contra veículos em fuga, análise as afirmativas abaixo:

I - A regra é não atirar.
II - Existem algumas circunstâncias em que a vida do policial militar ou a de terceiros se encontra em grave e iminente risco, como nos casos de atropelamentos ou acidentes intencionais provocados pelo veículo em fuga, e, sendo a única opção do policial militar para detê-lo, é permitido se efetuar disparos.
III - Os disparos efetuados de dentro da viatura em movimento têm pouca eficácia para fazer parar um veículo. Os projéteis podem ricochetear, atravessar o veículo ou, até mesmo, não atingi-lo, convertendo-se em "balas perdidas".
IV - O mais recomendável é distanciar-se do veículo em fuga e, sem perdê-lo de vista, adotar medidas operacionais para efetuar o cerco e o bloqueio.

De acordo com o Manual Técnico-Profissional n. 3.04.01/2013-CG, podemos afirmar:

A. ( ) A primeira é falsa, pois, para cada situação existe uma conduta adequada, não comportando engessamento da ação policial.
B. ( ) Somente a segunda é verdadeira.
C. ( ) Somente a primeira e quarta afirmativas são verdadeiras.
D. ( ) Todas são verdadeiras.

28ª QUESTÃO - Em qualquer nível de intervenção do policial militar, o mesmo deverá adotar os seguintes procedimentos:
I - Autoidentificação: demonstrar clareza, falando nome e posto ou graduação. Atitude que reforça os valores institucionais da ética, transparência, representatividade institucional e disciplina. O policial militar deve saber que sua identidade deve ser pública diante da função revestida pelo Estado.
II - Tratamento respeitoso para com as pessoas: tratar os abordados com respeito, cordialidade, urbanidade, solicitude e dignidade.
III - Relacionamento adequado com a imprensa: observado o princípio de publicidade, caberá ao policial militar repassar informações à imprensa quando solicitado, desde que, não comprometa o andamento da ocorrência.
IV - Esclarecimentos sobre o motivo de uma abordagem: esclarecer às partes interessadas sobre a motivação e o desdobramento da ação policial, a qual se submete o abordado. Com essa medida, fortalecerá o respeito, a cortesia e a credibilidade no trabalho da Polícia Militar.

Após análise das afirmativas acima e de acordo com o Manual Técnico-Profissional n. 3.04.02/2013-CG, podemos afirmar:

A. ( ) I, II e IV são verdadeiras.
B. ( ) I e III são falsas.
C. ( ) III, IV são falsas.
D. ( ) I, III e IV são verdadeiras.

29ª QUESTÃO – Sobre as prerrogativas de função tratadas no Manual Técnico-Profissional n. 3.04.02/2013-CG, marque a alternativa CORRETA:

A.( ) Advogado: tem as mesmas garantias e prerrogativas funcionais do Juiz e Promotor de Justiça durante as audiências em que estiver militando, sendo que o policial militar só poderá prendê-lo em caso de crime inafiançável ou desacato. Para quaisquer outros crimes, fora do exercício da função, não há prerrogativas, devendo o policial militar prendê-lo, registrar o Boletim de Ocorrência (BO/REDS), e encaminhá-lo à Polícia Judiciária Competente.

B.( ) Prefeitos: não possuem prerrogativas em relação à prisão em flagrante no cometimento de delitos tendo o mesmo tratamento dos demais cidadãos. O policial militar deverá, neste caso, prender o prefeito e registrar o Boletim de Ocorrência (BO/REDS), encaminhando-os à Polícia Judiciária Estadual (Polícia Civil), para possíveis providências.

C.( ) Secretários de Estado: enquanto não sobrevier sentença condenatória, nos crimes comuns, os Secretários de Estado não estarão sujeitos à prisão (art. 92, § 3º, da CE/89). O policial militar irá liberar o Secretário de Estado no local e registrar o Boletim de Ocorrência (BO/REDS), encaminhando-o à Polícia Judiciária Estadual (Polícia Civil), para possíveis providências.

D.( ) Vereadores: se o delito praticado pelo vereador não tiver vínculo político com sua função, mas for dentro da sua circunscrição, o policial militar não poderá prendê-lo, devendo registrar o Boletim de Ocorrência (BO/REDS), encaminhando-o à Polícia Judiciária Estadual (Polícia Civil) que cientificará, imediatamente, o Presidente da Câmara Municipal, a qual o vereador cumpre o seu mandato.

30ª QUESTÃO – Sobre a busca pessoal em mulher, prevista no Manual Técnico-Profissional n. 3.04.02/2013-CG – Caderno doutrinário n. 2, marque a alternativa CORRETA:

A. ( ) Não havendo policial feminina, o militar deverá solicitar que outra mulher faça a busca na suspeita, passando-lhe as orientações pertinentes sobre como proceder. Nesta hipótese excepcional, o militar deve zelar pela segurança desta auxiliar civil.

B. ( ) Por questões de ordem logística e de segurança policial, as mulheres, quando capturadas, serão mantidas juntas dos homens, também, capturados.

C. ( ) Em casos extremos, o policial militar poderá realizar busca em mulher, devendo esta ser realizada com respeito e profissionalismo, em local discreto e, sempre que possível, na presença de testemunhas, preferencialmente, do sexo feminino. O policial militar deve evitar o contato físico com a abordada, principalmente nas partes íntimas, procurando limitar-se a orientá-la quanto aos procedimentos a serem adotados.

D. ( ) No caso de ocorrência envolvendo mulheres, procedimentos mais simples, como: solicitar que a própria pessoa abra sua bolsa; retire os sapatos, mostre a região da cintura e levante os cabelos, devem ser evitados, pois colocará em risco a integridade física do operador de segurança pública.

31ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Os homicídios resultantes dos conflitos continuados, conforme Instrução n. 3.03.10/2013, são motivados por ou pela:

A. ( ) Presença em bares e estabelecimentos frequentados por agentes infratores.
B. ( ) Sensação de impunidade.
C. ( ) Questões passionais.
D. ( ) Contato com pessoas de postura duvidosa, e que fazem uso de drogas.

32ª QUESTÃO – Sobre a Patrulha de Prevenção à Homicídio (PPH), referenciada na Instrução n. 3.03.10/2013, marque a alternativa CORRETA:

A.( ) A P2 da UEOp suprirá a PPH com informes periódicos de interesse da execução operacional na prevenção e repressão do homicídio, contendo, por exemplo, acompanhamento de criminosos, denúncias, principais ocorrências, locais e eventos que aflorem fatores de risco.

B.( ) A Patrulha de Prevenção ao Homicídio será subordinada a Companhia/Pelotão com responsabilidade territorial, servindo como força de manobra do Comandante da fração, estando tecnicamente vinculada a P3.

C.( ) A patrulha será constituída por 02 (dois) policiais militares do QPPM, sendo um obrigatoriamente Sargento para comandar as atividades.

D.( ) A Academia de Polícia Militar providenciará treinamento complementar, padronizado, de capacitação específica, com disciplinas voltadas para as técnicas e táticas policiais, visando uma maior qualificação profissional e, por conseguinte, aprimorar o atendimento ao público alvo.

33ª QUESTÃO – De acordo com a DPSSP n. 3.01.01/2016-CG Diretriz Geral para Emprego Operacional da PMMG, o conceito de malha protetora foi instituído na PMMG na década de 1980, que ainda é bastante atual e aplicável, sendo baseado na ocupação de espaços vazios para prevenção ao delito. A sequência CORRETA que deve ocorrer a atuação escalonada destas Unidades / Frações é:

A.( ) Companhia PM; Companhia Tático Móvel; Unidade de recobrimento do nível tático; ROTAM; Força-tarefa Estratégica.

B.( ) Grupo PM; Pelotão ou Companhia Tático Móvel; Unidade de recobrimento do nível tático; Força-tarefa Estratégica; BOPE.

C.( ) Pelotão Tático Móvel; Companhia PM; Unidade de recobrimento do nível tático; Cia PM Ind Cães; Força-tarefa Estratégica.

D.( ) Pelotão/Setor PM; Companhia Tático Móvel; Btl RPAer; Unidade de recobrimento do nível tático; Força-tarefa Estratégica.

34ª QUESTÃO – Conforme a DPSSP n. 3.01.01/2016-CG Diretriz Geral para Emprego Operacional da PMMG, o Centro Integrado de Atendimento e Despacho (CIAD) constitui-se de uma central única de atendimento de chamadas de emergências policiais (civil/militar) e de bombeiro e despacho integrado de recursos operacionais, resultante do funcionamento conjunto, em um mesmo espaço físico e organizacional, do Centro Integrado de Comunicações Operacionais – CICOp da Polícia Militar, da Divisão de Operações de Telecomunicações – CEPOLC da Polícia Civil e do Centro de Operações de Bombeiros Militar – COBOM, do Bombeiro Militar.
Sobre o CIAD marque a alternativa CORRETA:

A. ( ) Centro Integrado de Comando e Controle Regional – Minas Gerais (CICCR-MG) é estruturado operacionalmente pelo Centro Integrado de Atendimento e Despacho (CIAD) e pelo Centro Integrado de Informações de Defesa Social (CINDS).

B. ( ) A Gestão Integrada de Ações e Informações do Sistema de Defesa Social é instrumentalizada a partir da implantação de unidades prediais integradas, como as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP), o Centro Integrado de Atendimento e Despacho (CIAD), entre outras práticas.

C. ( ) O Centro de Operações de Belo Horizonte (COP-BH) é responsável pelo teleatendimento de emergência policial dos órgãos de Defesa Social, no âmbito da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

D. ( ) O Sistema Integrado de Defesa Social tem por finalidade coordenar e gerenciar as ações operacionais das Polícias Civil e Militar, e do Corpo de Bombeiro Militar.

35ª QUESTÃO – As forças de reação do Comando-Geral são unidades especializadas subordinadas ao Comando de Policiamento Especializado (CPE) que desenvolvem ações/operações táticas e de recobrimento nas situações emergentes no campo da segurança pública em todo o território mineiro (DPSSP n. 3.01.01/2016-CG Diretriz Geral para Emprego Operacional da PMMG). Sobre estas unidades marque a alternativa CORRETA:

A. ( ) A função principal do Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes é o enfrentamento da criminalidade violenta de forma suplementar a atuação das UEOp de área da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
B. ( ) O Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) é unidade especializada responsável pelas operações mediante o emprego do policiamento com cães.
C. ( ) O Batalhão de Polícia de Choque (BPCHQ) atua em operações específicas que extrapolem a capacidade de atendimento rotineiro do policiamento ordinário.
D. ( ) Em situações de emergência, o acionamento do Btl RpAer para atuação em qualquer parte do Estado poderá ser feito por meio do contato direto do Comandante da fração PM com o Centro Integrado de Comunicações Operacionais (CICOp), sendo o empenho precedido de análise da situação e verificação da necessidade pelo Cmt do CPE.

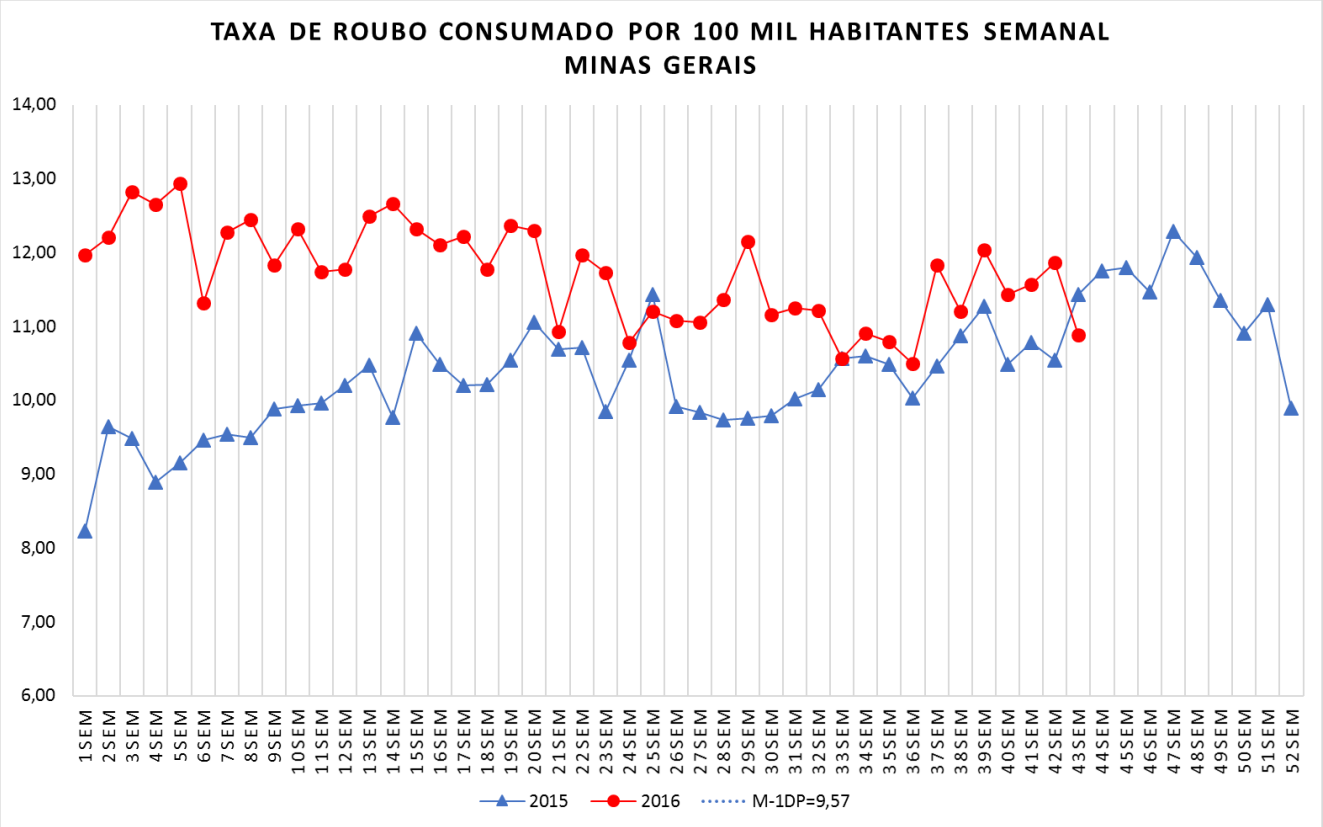
36ª QUESTÃO – A DPSSP n. 3.01.01/2016-CG Diretriz Geral para Emprego Operacional da PMMG descreve o Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS). Marque a alternativa CORRETA sobre os módulos que integram o SIDS.

A. ( ) O GEOSITE fornece uma interface gráfica para apoiar o atendimento e despacho de recursos em chamadas de emergência ou atividades operacionais.
B. ( ) O Controle do Atendimento e Despacho de Chamada (CAD) permite a consulta de informações de veículos, pessoas, inquéritos e processos, dentre outras.
C. ( ) O Registro de Eventos de Defesa Social (REDS) destina-se ao registro e atendimento de chamadas de emergências policiais e de bombeiro e o despacho de recursos operacionais para atendimento das ocorrências.
D. ( ) A Gestão do Atendimento de Ligações de Emergência (GALE) é uma interface gráfica, que apoia na gestão do teleatendimento e encaminhamento de ligações feitas para os tridígitos 190, 193 ou 197.

37ª QUESTÃO – "Os *Kobans* são postos de polícia instalados em áreas urbanas das cidades e os *Chuzaishos* são postos de polícias em áreas rurais, onde o chefe de polícia daquele posto mora com sua família". SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. Policiamento comunitário: questões e práticas através do mundo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. v. 6. (Polícia e Sociedade). Conforme a DPSSP n. 3.01.06/2011-CG que regula a aplicação da Polícia Comunitária na PMMG, esta prática de policiamento foi institucionalizada na "Era Solução de Problemas com a Comunidade", sobre este período é CORRETO afirmar:

A.( ) Sua função principal é controle do crime.
B.( ) O serviço social amplo é sua principal função social.
C.( ) A autorização e legitimidade está baseada na lei, profissionalismo e comunidade.
D.( ) Os resultados esperados são a satisfação dos cidadãos e dos políticos locais.

38ª QUESTÃO – Analise o gráfico abaixo.



Fonte: Armazém de Dados SIDS
Dados: PMMG / DAOP / CINDS / Assessoria de Estatística
Extração: 31Out16-Seg
População de MG (IBGE): 2015 (20.869.101) e 2016 (20.997.560)

De acordo com as informações apresentadas e a DPSSP n. 3.01.06/2011-CG, que regula a aplicação da filosofia de Polícia Comunitária na PMMG, em relação ao Método IARA, marque a alternativa CORRETA:

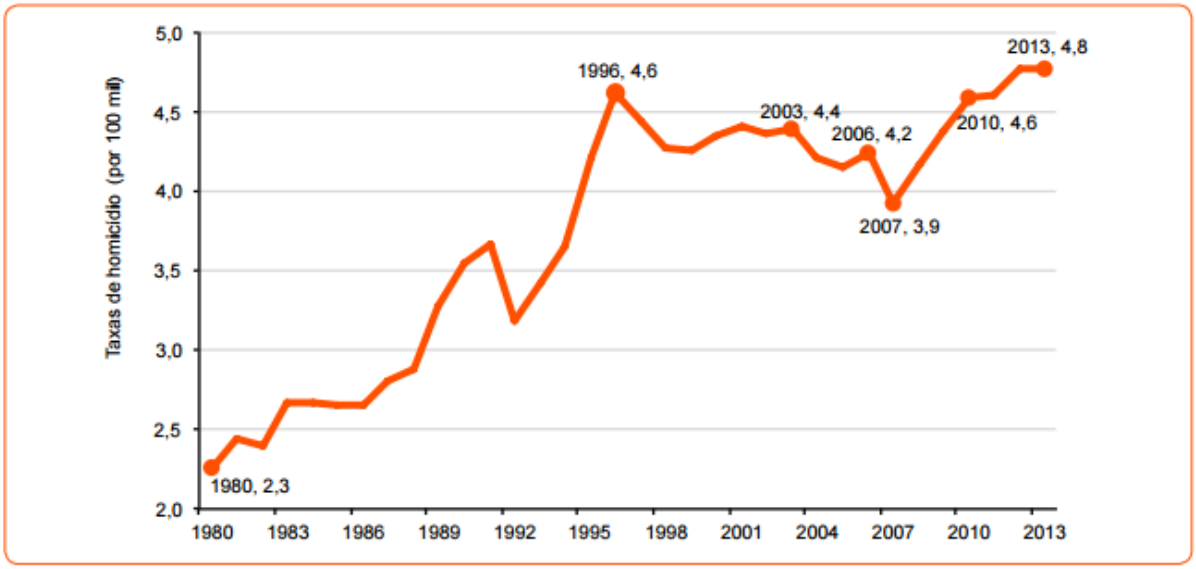
A. ( ) As prisões e policiamento fixo são exemplos de policiamento dirigido para ocorrências (incidentes), e estão vinculados à mobilização das comunidades de Belo Horizonte.
B. ( ) O Plano de Ação direciona o trabalho dos policiais militares e das comunidades de Belo Horizonte para enfrentar o roubo consumado, pois facilita a execução das tarefas.
C. ( ) Em Belo Horizonte a taxa de roubo consumado aumentou em 2016, por isso as respostas devem ser desenvolvidas, exclusivamente, pela polícia devido ao alto risco das ações.
D. ( ) A taxa de roubo consumado demonstra queda, a partir do 2º semestre de 2016, para aproveitar esta tendência o Tenente PM (Comandante de Setor) deve implementar, na fase de análise, repostas rápidas (emergenciais) para combater este crime.

39ª QUETÃO – O Plano Estratégico 2016-2019 da PMMG descreve que a missão da PMMG é "*promover segurança pública por intermédio da polícia ostensiva, com respeito aos direitos humanos e participação social em Minas Gerais*". De acordo com a DPSSP n. 3.01.05/2010-CG, que regula a atuação da PMMG segundo à filosofia de Direitos Humanos, é CORRETO afirmar:

A.( ) É vedada a criação e a utilização de brevês, *bottoms*, pinturas, cartazes, banners em viaturas ou em prédios da PMMG, canções, gritos de honra e outras manifestações que façam apologia à morte, violência ou discriminação.
B.( ) Compete à Corregedoria de Polícia Militar representar a PMMG junto aos Órgãos de Direitos Humanos, de forma a manter um contínuo alinhamento com as práticas estabelecidas, tanto a nível internacional como nacional.
C.( ) A Academia de Polícia Militar deve adotar institucionalmente o Método de Tiro Defensivo de Preservação da Vida (MTDPV), como um módulo do treinamento com arma de fogo.
D.( ) Mensalmente as Unidades de Execução Operacional deverão premiar o(s) destaque(s) em Direitos Humanos.

40ª QUESTÃO – Analise o gráfico. De acordo com a DPSSP n. 3.01.05/2010-CG, que regula a atuação da PMMG segundo à filosofia de Direitos Humanos, marque a opção CORRETA.

Gráfico 2.1. Evolução das taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil). Brasil. 1980/2013



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

A. ( ) Geralmente o crime de violência doméstica tem motivação passional, por isso a PMMG não tem como preveni-lo.
B. ( ) O feminicídio não é fato novo no Brasil, por isso não deve ser combatido pelos operadores da lei.
C. ( ) As mulheres brasileiras integram um "grupo de minorias", devido a sua posição no processo de trabalho formal.
D. ( ) Compete às Regiões de Polícia Militar e ao Comando de Policiamento Especializado diagnosticar e propor ao EMPM a necessidade de treinamentos afetos à filosofia de Direitos Humanos.

RASCUNHO

Corte aqui

RASCUNHO – GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**